



Autotutela Administrativa



Autor(es)

Stênio Ribeiro De Oliveira
Fernanda Santana Bispo
Camila Dos Santos Vasconcelos
José Santana Magalhães Ramos Filho

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O trabalho aborda o princípio da autotutela no direito administrativo brasileiro, destacando sua importância como mecanismo de controle interno que permite à Administração Pública anular ou revogar atos ilegais ou inoportunos, protegendo interesses e direitos sem recorrer ao Judiciário. Isso assegura a supremacia do interesse público, a proteção dos direitos dos administrados e a autorregulação da Administração, preservando a legalidade, eficiência e transparência na gestão pública, além de garantir a correção de irregularidades, segurança jurídica e a manutenção da ordem administrativa, promovendo uma gestão mais eficaz e justa.

Objetivo

O objetivo principal é geral deste trabalho é estudar de forma aprofundada o princípio da Autotutela no Direito Administrativo Brasileiro, abordando sua origem, fundamentos jurídicos, aplicação prática e limitações, de modo a demonstrar como esse instituto contribui para a legalidade, a eficiência e a transparência da Administração Pública, além de proteger os direitos dos administrados.

Material e Métodos

A elaboração deste trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo, voltada à análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial sobre a autotutela administrativa no ordenamento jurídico brasileiro. A base principal foi o “Manual de Direito Administrativo” de Alexandre Mazza (11ª ed., 2021), complementada por obras de Di Pietro e Meirelles, artigos acadêmicos e conteúdo de plataformas jurídicas como JusBrasil e Jurismenteaberta. A metodologia consistiu em revisão teórico-jurídica de conceitos, princípios e limites aplicáveis, sistematizando o tema e destacando sua relevância prática no equilíbrio entre interesse público e direitos individuais.

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que o princípio da autotutela, segundo Alexandre Mazza, é fundamental para assegurar legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública. Ele garante à Administração o poder-dever de revisar seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos,



TIET

protegendo os direitos dos administrados e a supremacia do interesse público. Sua origem decorre da necessidade de autocontrole administrativo, sem afastar o controle judicial. Contudo, sua aplicação encontra limites na segurança jurídica e nos direitos adquiridos, funcionando como instrumento de equilíbrio entre autoridade estatal e garantias individuais. Assim, confirma-se sua relevância como mecanismo de autorresponsabilidade administrativa.

Conclusão

O trabalho elucidou a autotutela no direito administrativo brasileiro como instrumento de autocontrole da Administração Pública, ressaltando que a alternativas de rever, anular ou revogar atos ilegais ou inoportunos garante legalidade, eficiência e proteção aos direitos dos administrados. Apurou-se ainda que, embora a Administração tenha autonomia, a autotutela deve respeitar os direitos obtidos e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, tendo uma governança responsável e transparente.

Referências

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

INFORMATIVOS DO STF. STF, ADI 6019. Autotutela administrativa. Decadência. Disponível em: <https://www.emagis.com.br/area-gratuita/informativos-do-stf/stf-adi-6019-autotutela-administrativa-decadencia-lei-estadual-prazo-decenal-inconstitucionalidade>

Acesso em: 8 set. 2025.

JURISMENTE ABERTA. Autotutela administrativa: revisão e anulação de atos pela administração. Disponível em: <https://jurismenteaberta.com.br/autotutela-administrativa-revisao-e-anulacao-de-atos-pela-administracao>
Acesso em: 8 set. 2025.

JUSBRASIL. O princípio da autotutela. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-princípio-da-autotutela/433359725> Acesso em: 8 set. 2025.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 49. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.